

Informativo Enermerco

2008

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)

58.878 Mw

Jul. 2020



Descolamento CMO

R\$ 24,6 Mil

Jul. 2020



Bandeira Tarifária

VERDE

Jul. 2020



Geração

61.708 Mw

Jul. 2020



Encargos

R\$ 16,4 Mil

Jul. 2020



Mercado de Energia x Tendência do PLD

Durante o mês de julho os grandes destaques do Setor Elétrico Brasileiro – SEB, vieram por parte da Regulação. Sinais da Modernização do Setor começam a aparecer, mesmo que pulverizados em Projetos de Leis esparsos, e não com sua melhor forma de resolução.

Iniciamos com o PL 3.975/2019, que traz a repactuação do risco hidrológico das usinas hidráulicas do MRE. O PL 3.975/2019 já está com texto aprovado pelo Senado, e trata a solução do passivo financeiro através de extensão de prazo das outorgas. Os grandes questionamentos é que o PL não estabelece a solução que causa os efeitos de reduções da Garantia Física do MRE, tal qual não traz uma contrapartida para proprietários de CGH's.

Além do texto tratar do tema do GSF, destaco que dentro do PL 3.975/2019 temos a criação do Fundo Brasduto. E por citar Brasduto, o PL 6407, a nova Lei do Gás, está por ser votada. O projeto de lei se propõe a desconstruir um monopólio existente no setor de gás natural, permitindo que os agentes privados participem de toda a cadeia de forma verticalizada, passando por produção, transporte, armazenamento e distribuição.

Além disso, está em consulta pública na ANEEL, o aprimoramento sobre a sazonalização da Garantia Física das usinas hidráulicas participantes do MRE. Agora sim, um instrumento que visa tratar o problema do GSF do MRE e não somente suas consequências. Em análise preliminar, a Agência indicou a alternativa de limitar a sazonalização entre 80% e 120% da Garantia Física para todas as Usinas, e unir a Garantia Física de Lastro, pois é a que apresenta mais vantagens. A ANEEL espera que as informações e avaliações apresentadas no Relatório de Impacto Regulatório sirvam de base para a discussão com a sociedade sobre as alternativas para a intervenção regulatória.

O Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, sofreu variáveis ao longo das últimas semanas. O principal fator responsável pelo aumento do PLD dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Sul e Norte foi a expectativa de redução de aflúncias do SIN. Os limites de envio de energia da região Nordeste foram atingidos para todos os patamares de carga, descolando os preços médios deste submercado em relação aos demais.

Para julho de 2020, espera-se que as aflúncias fechem em torno de 90% da média de longo termo (MLT) para o sistema, sendo aproximadamente 80% na região Sudeste/Centro-Oeste, 119% na região Sul, 71% na região Nordeste e 96% na região Norte. A expectativa para as próximas semanas operativas é de que a carga para o SIN fique cerca de 317 MW médios mais baixa do que a previsão anterior, com alteração no Sul (-78 MW médios), no Nordeste



(-234 MW médios) e no Norte (-60 MW médios). Já os níveis dos reservatórios do SIN ficaram cerca de 413 MW médios acima do esperado. Os níveis estão mais baixos nos submercados Sudeste (-1.021 MW médios) e Norte (-155 MW médios) em relação a expectativa anterior. Enquanto os níveis estão mais altos no Sul (+577 MW médios) e no Nordeste (+1.032 MW médios).

O PLD médio de julho de 2020 se consolidou conforme o quadro abaixo:

Demonstrativo do PLD Médio

Mês	Submercado			
Julho 2020	SE/CO	S	NE	N
	89,04	89,04	85,56	88,82

O fator de ajuste do MRE estimado para o mês de julho de 2020 passou de 69,1% para 68,6%. O Encargo de Serviços do Sistema (ESS) para julho de 2020 tem previsão de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 10,2 milhões devido a restrições operativas e R\$ 4,8 milhões referentes a Unit Commitment.

A bandeira tarifária em julho/2020 foi verde, sem custo para os consumidores. E assim será até dezembro deste ano.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu manter a bandeira verde acionada até 31/12/2020. O anúncio foi feito no final de maio, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL. Trata-se de mais uma medida emergencial da Agência para aliviar a conta de luz dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário de pandemia da Covid-19.



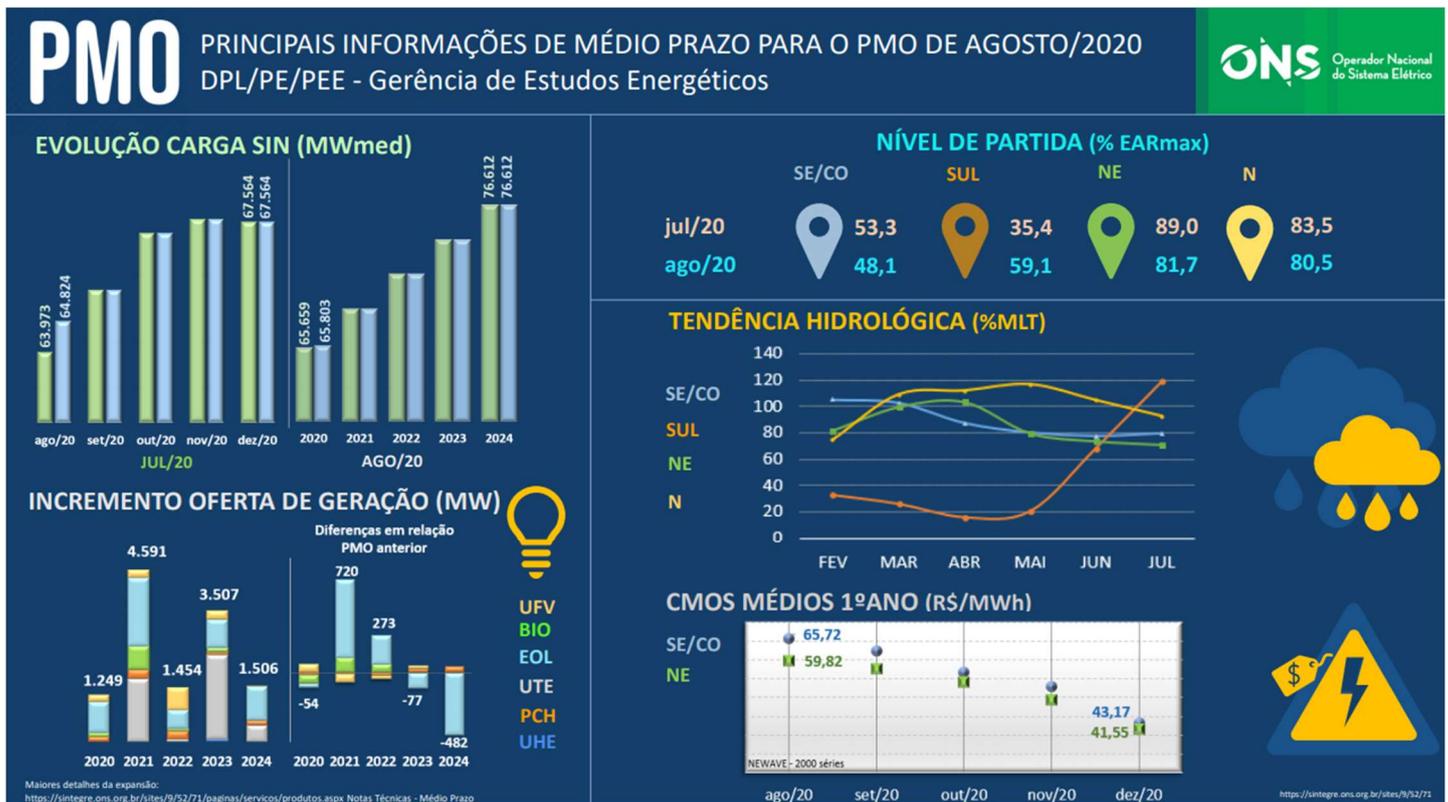
Os valores das bandeiras tarifárias são atualizados todos os anos e levam em consideração parâmetros como estimativas de mercado, inflação, projeção de volume de usinas hidrelétricas, histórico de operação do Sistema Interligado Nacional, além dos valores e limites do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Em 10 de março – um dia antes do anúncio de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – a ANEEL havia proposto a discussão para o ciclo 2020/2021 dos valores adicionais. A proposta ficou em Consulta Pública no período de 12/3 a 27/4. No entanto, os



impactos da pandemia no consumo de energia e nas atividades econômicas alteraram de forma significativa os estudos e parâmetros utilizados na proposta da Agência.

De acordo com análise dos técnicos da ANEEL, que também levou em conta as contribuições à consulta pública, o cenário de redução de carga e as perspectivas de geração de energia tornam possível o acionamento da bandeira verde nos próximos meses. Além disso, os custos cobertos pelas Bandeiras Tarifárias estão contemplados na chamada Conta-Covid - empréstimo ao setor elétrico feito junto a bancos públicos e privados, com o objetivo de aliviar os impactos da atual crise no setor elétrico. Assim, a Agência decidiu suspender o acionamento das bandeiras até o final do ano.



Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco

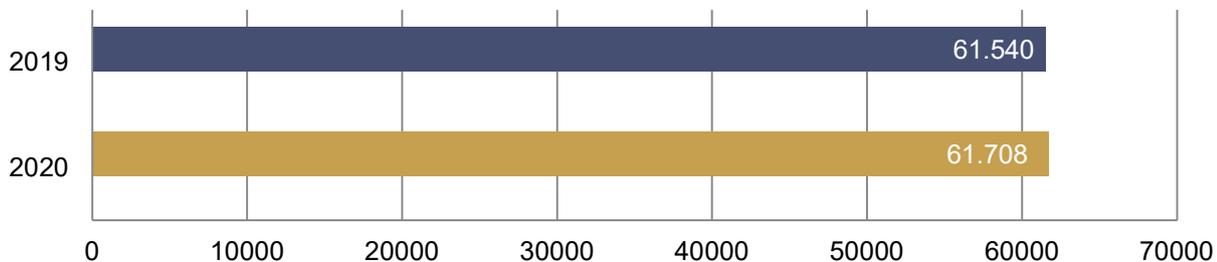


Geração e Consumo com poucas variações

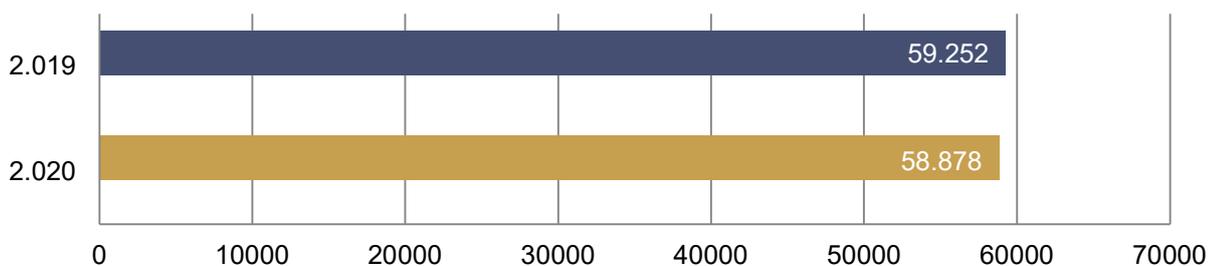
A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de julho, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

Geração SIN (MW Med) - 1 a 31 de julho



Consumo SIN (MW Med) - 1 a 31 de julho

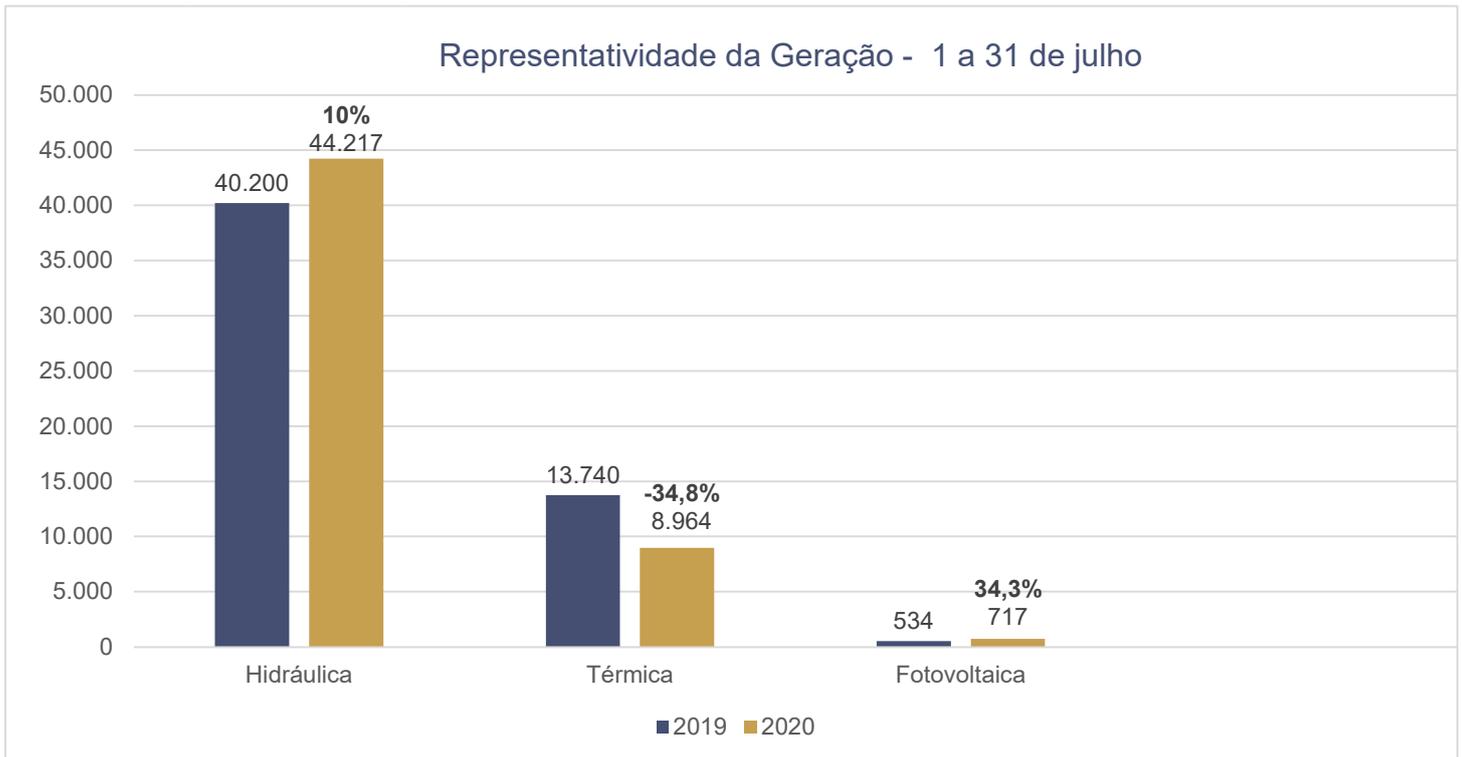


Em comparação ao mesmo período de 2019, temos decréscimo no consumo, -0,6%, e 0,3% de aumento na geração. O consumo deste mês foi impactado pelas medidas governamentais de contenção da COVID-19, intensificadas a partir do dia 21 de março. No entanto, a queda verificada em junho corresponde ao menor valor ocorrido desde o início da pandemia, demonstrando uma lenta retomada do consumo à medida que ocorre o retorno gradual das atividades. O consumo no mês de junho também foi impactado devido à queda de temperatura na última semana do mês.



Geração por Fonte de Energia

As fontes de geração, abaixo demonstradas, mostram parte do panorama da produção nacional. Como vemos, o destaque de julho está no aumento da geração fotovoltaica: 34,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 2019.



Em relação à comparação da geração em junho, com o mesmo período do ano anterior, constata-se redução na geração de usinas térmicas (-34,8%) e um aumento de 10% na geração hidráulica.

O Ambiente de Contratação Regulada (ACR) apresentou retração de 1,8%. Além do impacto da COVID-19, a queda também é decorrente da migração dos consumidores cativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Excluindo o impacto das migrações, o ACR registraria aumento de 0,3%.

O consumo de energia do ACL, composto em sua maioria por grandes consumidores de energia, apresenta aumento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado, porém, ao expurgar o impacto da migração dos consumidores cativos, o ACL apresentaria queda de 2,7%. Os consumidores livres apresentaram queda de 0,4% e os especiais, elevação de 14%. Ao expurgar o efeito da migração, observa-se queda de 1,4% e 2,3%, respectivamente. Os autoprodutores diminuíram seu consumo em 3,2%.



Com o retorno gradual das atividades, antes reduzidas devido a pandemia, os ramos de veículos (15%), serviços (10,7%) e transporte (10,6%) lideram com as maiores quedas no consumo de energia, porém, com retrações mais amenas do que nos meses anteriores.

Para este mês a maioria dos segmentos apresentaram crescimento em seu consumo. Os segmentos que apresentaram maior elevação de consumo foram saneamento (35%), comércio (15,3%) e bebidas (14,1%), porém este aumento está diretamente vinculado à migração dos consumidores para o mercado livre. Ao expurgarmos o efeito da migração para o ACL, verifica-se leve crescimento do consumo somente nos ramos de bebidas (8,5%), saneamento (6,7%), alimentício (4,1%), minerais não metálicos (3,6%) e químicos (2,2%).

ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

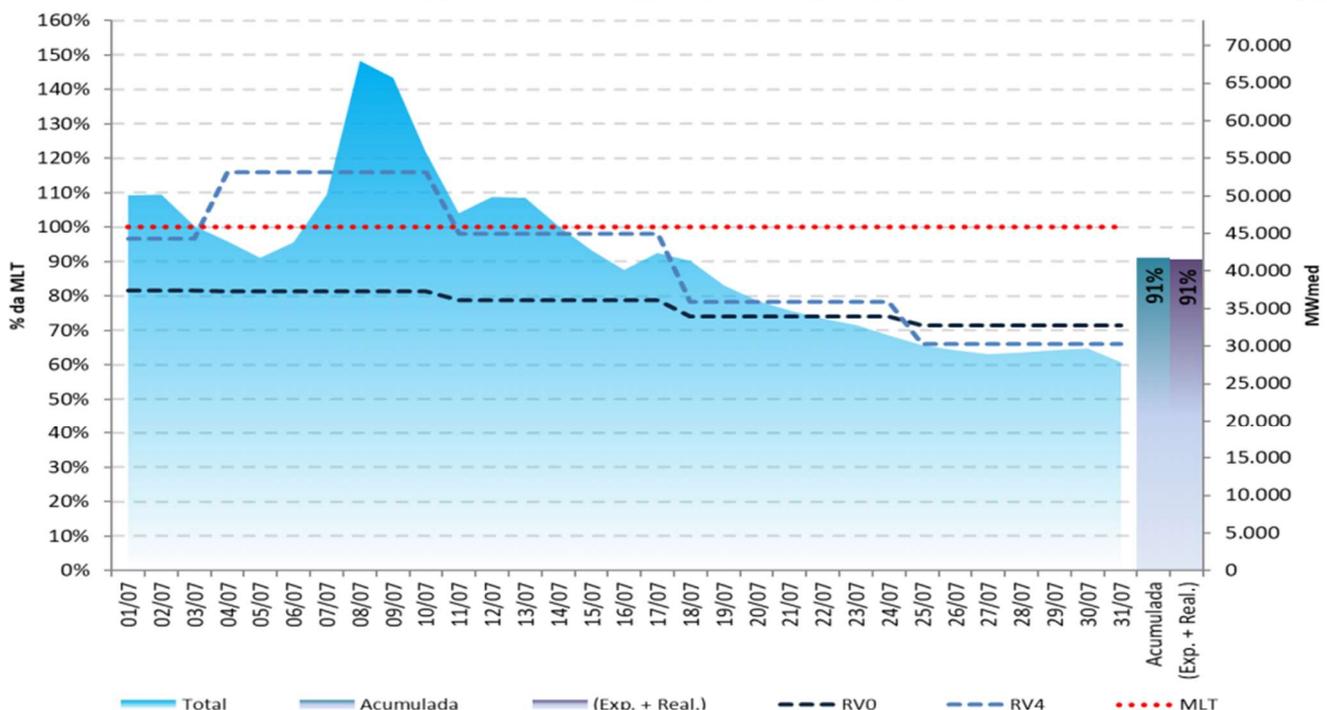
No gráfico de Energia Natural Afluente do SIN, observamos os percentis da ENA em todos os Submercados. Trata-se de mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.

Energia Natural Afluente Verificada em Julho/2020



Fontes: BDO/IPDO (ONS) e
DECOMP (CCEE)

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL

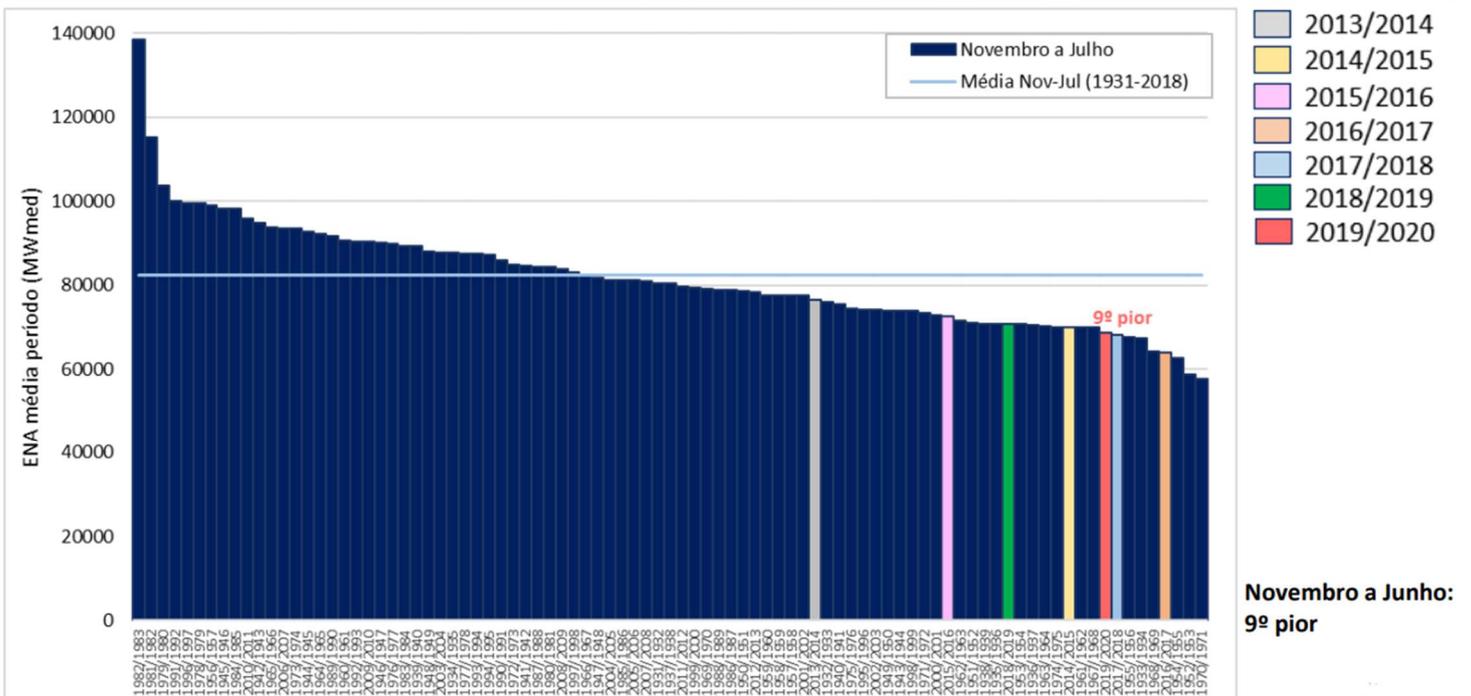




Em julho, os valores de acoplamento passaram a valores próximos de 40.000 MWmed para todas as semanas. Já para a primeira semana de julho, os valores de aflúências ficaram próximos aos 33.000 MWmed. Elevou para cerca de 35.000 MWmed para a segunda semana e para 39.500 MWmed para a terceira semana. Já para a quarta e quinta semana apresentou valores próximos de 38.000 MWmed.

Este histórico classifica-se como o 9º pior do Sistema Nacional, ao longo dos registros:

Classificação da ENA no SIN no histórico Novembro a Julho



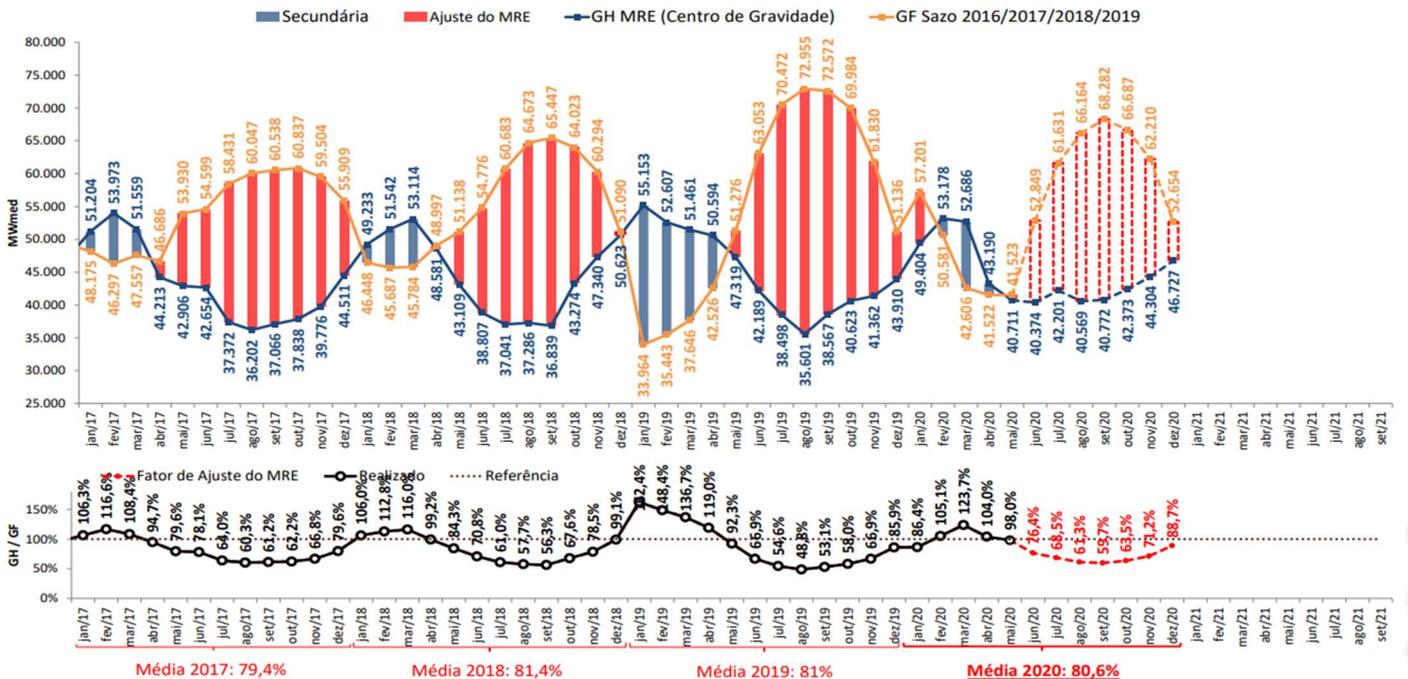


Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Em julho, atingiu-se uma geração, de 68% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2020.

Projeção do MRE Projeção do PLD



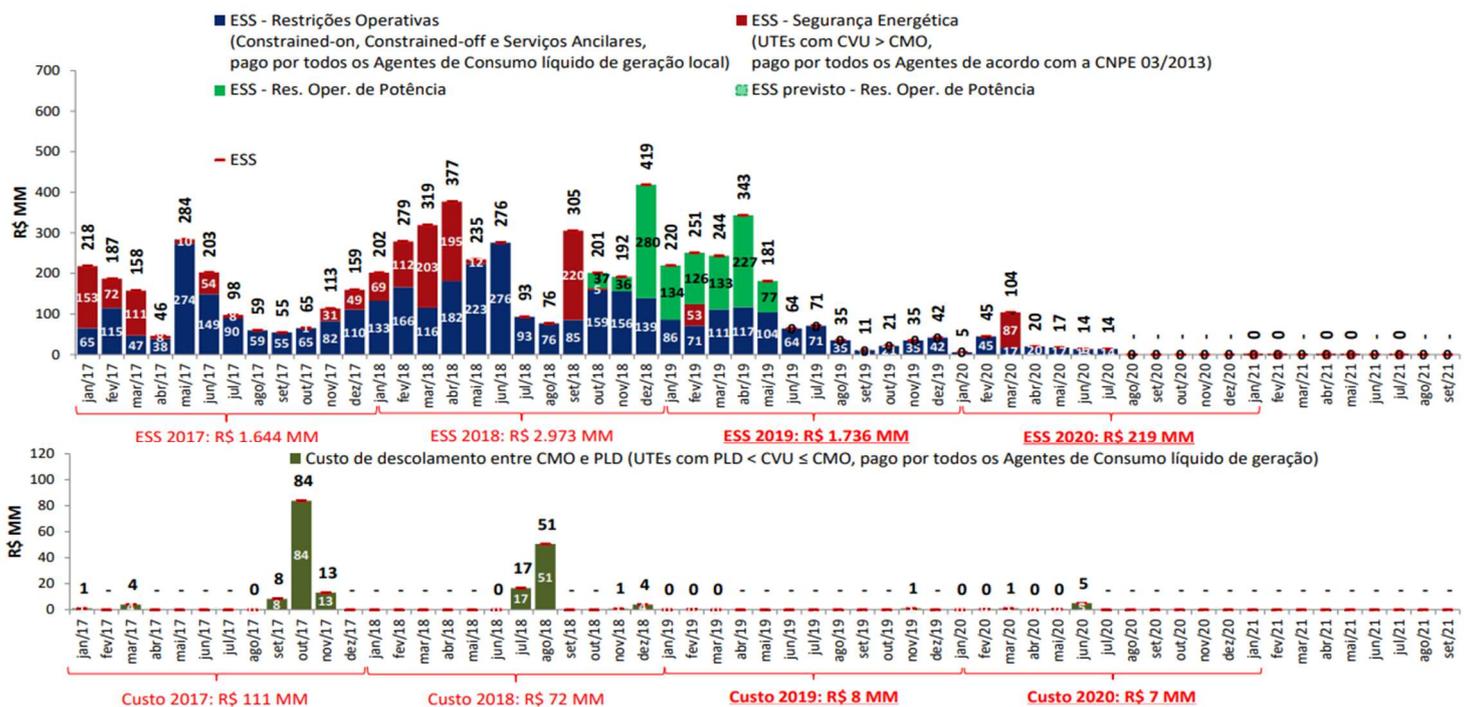


Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos os agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de julho/2020, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de, praticamente, R\$ 17 milhões. Acompanhe como este resultado se solidificou:

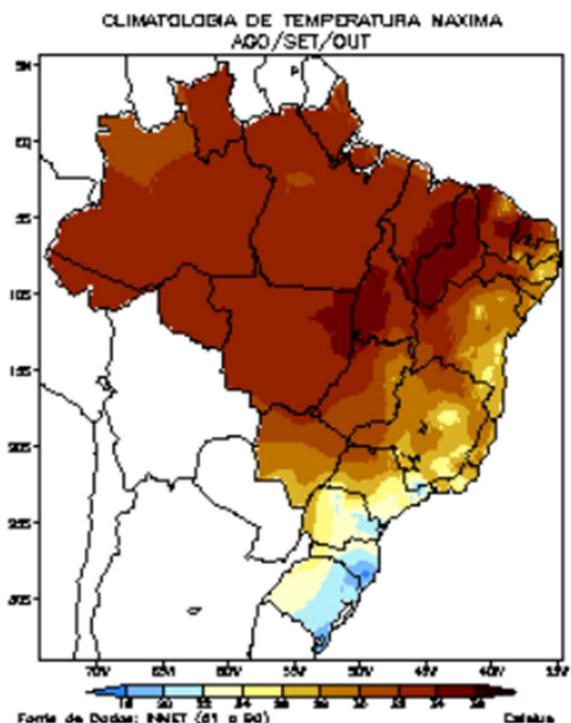
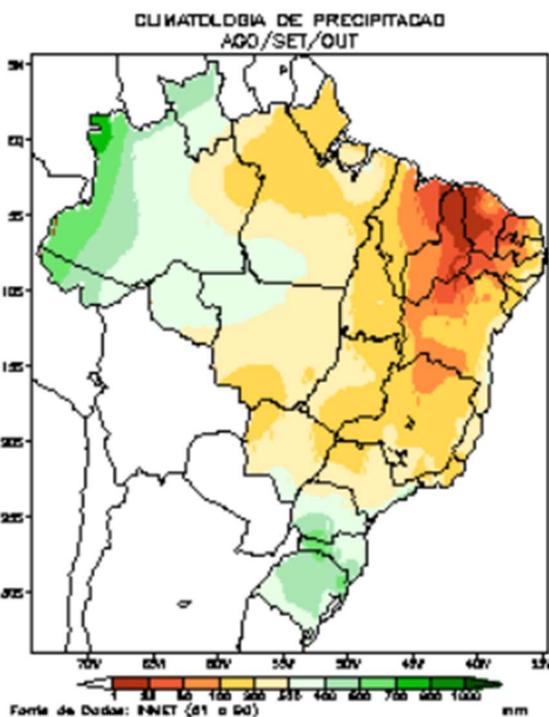
Projeção de ESS e Custos devido ao descolamento entre CMO e PLD Projeção do PLD





Previsão Climatológica Trimestral

No próximo trimestre, o trimestre ASO, os maiores totais acumulados de precipitação ocorrem nas Regiões Norte (oeste do Amazonas e Acre) e Sul (oeste de Santa Catarina e áreas vizinhas), variando entre 400 mm e 700 mm. Nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, observa-se um aumento gradual das chuvas, especialmente no norte do Mato Grosso, sul do Mato Grosso do Sul e leste de São Paulo, onde as chuvas podem atingir 400 mm. Ressalta-se que, no final deste trimestre, a atuação dos sistemas frontais pode caracterizar o início do período chuvoso em áreas do Brasil Central. No leste do Nordeste, inicia-se o período de estiagem e os totais acumulados costumam ser inferiores a 200 mm. No interior da região semi-árida nordestina, os totais acumulados não excedem 50 mm. As temperaturas máximas atingem valores superiores a 36°C no Piauí, leste do Maranhão, nordeste do Mato Grosso e oeste do Tocantins. Nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, ocorre uma diminuição gradativa da incursão de massas de ar frio, porém, na Região Sul, as temperaturas mínimas ainda permanecem baixas, com valores que podem variar entre 8°C e 12°C, principalmente nas regiões serranas. As climatologias de precipitação e temperaturas máxima e mínima, no Brasil, são mostradas a seguir:





NOTÍCIAS

COVID-19: consumo de energia no país encerra julho próximo da recuperação

O consumo de energia no país já se aproxima da recuperação, de acordo com os resultados preliminares de julho demonstrados no mais recente estudo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O volume consumido de eletricidade recuou apenas 0,7% na comparação com o mesmo mês no ano passado.

No mercado livre, o consumo de energia avançou 2,0%, mantendo a tendência de recuperação das atividades. Já o mercado regulado apresentou retração de 2,0% no período. Os percentuais não consideram expurgos de migrações entre os ambientes.

Para efeitos de comparação, no mês de abril, que registrou a maior queda devido às medidas de combate ao novo coronavírus, a retração chegou a 12,1% no Sistema Interligado Nacional – SIN, com diminuição de 11,5% no mercado regulado e de 13,6% no livre.



Os dados preliminares levam em conta o consumo total do mercado cativo, em que o consumidor compra energia diretamente das distribuidoras, e do livre, que permite a escolha do fornecedor e a negociação de condições contratuais. Além disso, o estudo não considera os dados de Roraima, único estado não interligado ao sistema elétrico nacional.

Para mais detalhes sobre o panorama recente do setor de energia, consulte a ferramenta online da CCEE, que apresenta análises do consumo em base diária, permitindo filtros por ambiente de contratação, submercado, unidade federativa e por segmento de atividade.

Ramos de atividade

Com relação à demanda de energia por ramo de atividade, expurgados os efeitos de migrações para o mercado livre, os setores com as quedas mais expressivas em julho, na comparação anual, foram a indústria automotiva (-17%), o setor de serviços (-22%) e o de transportes (-13%). O segmento têxtil, que chegou a ter quedas de dois dígitos de consumo,



Ibope aponta que 90% dos brasileiros desejam gerar a própria energia

Pesquisa divulgada nesta terça-feira, 18 de agosto, foi encomendada pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia

A pesquisa de opinião pública 2020, realizada pelo Ibope e pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), sobre o que o brasileiro pensa e quer em relação ao setor elétrico, apontou que 90% dos entrevistados gostaria de criar sua eletricidade por meio de painel solar, eólica ou outra fonte renovável. Em 2014, 77% apoiava a iniciativa.

O estudo ainda mostra que a faixa etária entre 25 a 34 anos é a que mais defende esta ideia (95%), sendo 14 pontos percentuais superior do que os entrevistados com mais 55 anos (81%). Ainda traçando um perfil, a Abraceel destaca que a defesa por este tipo de geração energética cresce até 15% conforme sobe o grau de escolaridade, sendo o menor índice (80%) para cidadãos com até o quarto ano do ensino fundamental completo.

“Além de mostrar uma preocupação crescente com a conscientização ambiental, a pesquisa mostra que o brasileiro está cansado do modelo atual e sabe que paga caro pela conta de luz”, destaca o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, em notá à imprensa.

A procura por uma eletricidade mais limpa ficou em segundo lugar na pesquisa que procurava saber qual motivo faria o brasileiro trocar de fornecedora de energia – caso o mercado livre fosse instaurado, com 17%. Este quesito só ficou atrás do preço, com 64% das respostas, mas está à frente da qualidade do atendimento, com 15%.

“Ou seja, podemos afirmar que o brasileiro quer uma energia mais barata, quer ter a possibilidade de escolher uma opção mais limpa e quer ser mais bem atendido”, resume Medeiros.

Por fim, o estudo mostra que 57% disse não estar disposto a pagar mais pela luz para incentivar a geração de energia limpa. O sentimento, porém, varia bastante entre as faixas etárias – dados apontam variação de 30 pontos percentuais – sendo 67% na faixa acima de 55 anos e 37% nos mais jovens – entre 16 e 24 anos – que não estariam dispostos.

Para Medeiros, o resultado confirma que o consumidor não está satisfeito com o atual modelo empregado pelo serviço do setor elétrico. “A pesquisa mostra claramente que as pessoas gostariam de escolher sua empresa fornecedora de energia. Eram 66% dos brasileiros há 7 anos; agora são 80%, um recorde. Ou seja, a cada 10 pessoas, 8 querem mudanças na sua conta de luz. Isso também mostra que as pessoas estão mais atentas a seus direitos e que este debate sobre o mercado livre de energia precisa continuar”, destaca o presidente da Abraceel.



Nordestino é o mais insatisfeito

A pesquisa apontou que 82% dos entrevistados da região Nordeste considera a energia elétrica cara ou muito cara. A média nacional ficou em 80%. A região Sul foi a que apresentou menos adesão, com 76%. O levantamento ainda mostra que, quando analisada a renda familiar, o sentimento em todo o país é que a energia é muito cara para 37% que recebe cinco salários mínimos e 49% quando a renda é de um salário mínimo.

Impostos altos e falta de concorrência foram apontadas como as principais causas para a eletricidade ser considerada cara independentemente da faixa etária, nível de escolaridade, região do país, porte do município ou renda. Apesar de ser a grande maioria, o estudo mostra ainda que os maiores índices de adesão ao mercado livre de energia estão entre as pessoas com maior nível de escolaridade e renda familiar.

“A Abraceel entende que se faz necessário popularizar o entendimento do mercado livre de energia. Para muitos, compreender o sistema ainda é uma barreira e é pouco divulgado. Isso fica claro nesta pesquisa. Quando analisamos um país com uma desigualdade social tão grande. Ainda que a maioria seja favorável a portabilidade, mesmo entre quem possui menos estudo”, diz Medeiros, lembrando que o levantamento aponta que 63% dos entrevistados com até o quarto ano do ensino fundamental completo apoiam a oportunidade de poder escolher seu fornecedor de energia, porém, quando considerado o público com ensino superior completo, o número chega a 87%.

Em todas as regiões, o preço é o principal atrativo para a mudança na fornecedora de energia. No Sudeste e Sul, em segundo lugar ficou a busca por energias mais limpas, nas demais, a qualidade do atendimento. No centro-oeste estão os entrevistados que mais gostariam de criar sua própria eletricidade, com 94%, já no Sul e Nordeste o número é 6 pontos percentuais menor.

Medeiros acredita que são necessárias mudanças estruturais no setor para alcançar um preço menor para ambos – consumidor e empresário – e, assim, também trazer mais investidores. “Hoje, quem paga a conta desse atraso do setor é o trabalhador. Uma vez que o PLS 232/16 for aprovado, todos os consumidores de eletricidade se beneficiarão com a liberdade de escolha e preços baixos proporcionados pelos mais de 2 mil geradores e comercializadores de energia elétrica que existem no país. O benefício esperado não é só a economia mensal na conta de luz em 80 milhões de lares, mas a geração de muito mais empregos nas 4 milhões de fábricas, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e no agronegócio”.



Atualmente, o mercado livre é responsável por 30% de toda a energia consumida do país e está presente em 85% das indústrias. Nos últimos 12 meses, o segmento cresceu 23% no número de consumidores. “O mundo pós-Covid-19 vai cobrar muito mais eficiência do setor elétrico. Tem que aprovar a reforma do setor. A energia barata só será obtida por meio da eficiência; o modelo atual é indutor de ineficiência e a insatisfação do contribuinte está explícita nesta pesquisa que realizamos”, finaliza Medeiros.

O Ibope ouviu uma amostra representativa de 2 mil pessoas no Brasil, entre os dias 24 de março e 01 de abril. A amostra aconteceu nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro Oeste do Brasil. Foi questionado sexo, faixa etária, escolaridade, renda familiar e porte do município.

Celesc vê inadimplência crescer 33% no 1º semestre

Débitos parcelados na pandemia chegam a R\$ 68 milhões no setor industrial e cortes na concessão devem ser retomados na terceira semana de agosto

A Celesc registrou aumento de 33% na inadimplência entre os consumidores de energia elétrica em sua área de concessão durante o primeiro semestre do ano, alta puxada especialmente pelas classes industriais e comerciais, que subiram 80% e 66%, respectivamente no índice em comparação aos primeiros seis meses de 2019.

A companhia aponta que a determinação da Aneel de julho para o retorno da suspensão do fornecimento por falta de pagamento para clientes residenciais e demais classes, inclusive para os serviços de atividades considerados essenciais, valendo partir de 1º de agosto pode ajudar parcialmente.



Nesse processo, salientou que o consumidor inadimplente receberá uma nova notificação sobre a existência de pagamentos pendentes, mesmo que tenha sido comunicado anteriormente, e que a previsão é de que os cortes na área da distribuidora devam ser retomados na terceira semana do mês de agosto.



O presidente da Celesc, Cleicio Poletto Martins, explicou que, além das condições de parcelamento já oferecidas, em virtude da pandemia foram estendidas as parcelas em até 12 vezes também para consumidores com tensão de fornecimento superior a 2,3 kV, “indo até o limite sem prejudicar os acionistas”, afirmou.

O parcelamento alcançou também o setor industrial de Santa Catarina, com cerca de 700 indústrias negociando os débitos durante o período de isolamento social, em um montante que soma R\$ 68 milhões até o momento.

Brasil é listado como segundo em ranking de investimento em renováveis

Uma pesquisa feita pela British Business Energy, empresa que atua no Reino Unido, analisou dados sobre 29 países referente a empresas de energia em todo o mundo e colocou o Brasil em segundo lugar no ranking de energia renovável. O país ficou atrás apenas dos Estados Unidos, com uma pontuação de 6,5 ante os 7 do líder. Atrás vem a Índia com pontuação 6,3.

A empresa aponta que essa indústria de energia continua em crescimento e que depende fortemente de recursos finitos. Por isso, analisaram os dez principais países que estão investindo, usando parcialmente ou planejando usar energia renovável em um futuro próximo. Ainda fazem parte de cima desse ranking Hungria e Argentina.

A British Business Energy aponta ainda que a produção e a venda de energia estão crescendo. E com o aumento do consumo, os produtores e fornecedores do mundo estão tendo que pensar em métodos renováveis para se afastar dos combustíveis fósseis.

Ainda faz parte dessa pesquisa, rankings com as maiores receitas obtidas em setores energéticos, onde os Estados Unidos estão em primeiro com mais de US\$1,2 trilhão e a China em segundo com US\$ 836 bilhões. E ainda, a participação do setor energético na formação do PIB de um país. Nesse quesito a Holanda está em primeiro, com 46,76% do seu PIB derivado dessa indústria, seguida pela Rússia, com 29,4% e Noruega com 19,7%.



INFORMATIVO ENERMERC

www.enermerco.com.br

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP



Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

